

“NÃO PEDI (A LISTA)”

“MEU NOME FOI USADO SEM MEU CONSENTIMENTO E CONHECIMENTO. (...) NÃO CONSENTI NEM SABIA”

A própria avaliação que a dra. Regina faz a meu respeito a obrigaria a procurar-me e checar comigo diretamente se partia de mim este tal pedido para conseguir a lista de votação. Cabia-lhe procurar-me para se certificar se era verdadeiro o tal pedido. E, mais ainda, além de mim, havia o primeiro secretário, a quem estava diretamente subordinada e subordinado está o Prodasen, a quem poderia se dirigir pelo menos para se aconselhar. Percebe-se em cada cidadão e em cada jornalista com quem conversei a mesma perplexidade. Como não verificar a procedência do pedido dessa ordem? Não pedi, nem direta nem indiretamente. Ao reler as notas taquigráficas da sessão do Conselho, observo que inúmeros senadores a arguíram nesse sentido. A um deles, o senador Osmar Dias (PSDB/PR), a ex-diretora chegou a afirmar que atenderia ao pedido se fosse feito por qualquer dos senhores senadores desde que este dissesse que faria o pedido em meu nome.

Estranhamente, para a senadora Heloísa Helena (PT/AL), pergunta semelhante mereceu resposta diferente. Quando a senadora questionou-lhe se faria a mesma coisa a pedido da líder da oposição, a ex-diretora disse que, com certeza, não faria. Prestem atenção porque isso é importante. Daí se vê — e não quero nem vou fazer nenhum tipo de exploração nesse sentido — mas ao que parece, no caso, o “prestígio” junto à diretora não residiria apenas no presidente do Senado, mas em quem fazia o pedido. Porque atenderia ao senador Osmar Dias ou a qualquer outro, mas não atenderia à líder da oposição (Heloísa Helena).

Senhor presidente, senhoras e senhores senadores, está aqui o trecho não só do senhor Osmar Dias quando pede a sua resposta e ela disse: ‘Acredito na medida em que Vossa Excelência me dissesse que iria entregar a lista na mão dele’. Está aqui a senadora Heloísa Helena arguindo e pedindo a mesma coisa e ela dizendo que com certeza não o faria.

Sr. presidente, sras. e srs. senadores, atentem para esse episódio. Meu nome foi usado sem meu consentimento e conhecimento. Não consenti nem sabia. Pela versão da diretora do Prodasen, meu nome teria usado para que se pudesse conhecer a votação; pelo depoimento do senador Arruda, meu nome servira para pedir informações sobre a possibilidade — aí o Senador Arruda fala — a “possibilidade” da violação do painel. Não pedi para conhecer o resultado. Não pedi para saber se o painel era ou não violável. Sras. e srs. congressistas, analisem as descrições que a diretora do Prodasen fez dos encontros que mantivemos. Releiam seu depoimento. Revejam se preferirem — e falo principalmente ao eminente relator — as imagens do seu depoimento. A descrição do tal telefonema é absolutamente reticente: “Ele fazia menção à lista: ‘Valeu’, alguma coisa assim”, disse a dra. Regina.

Insatisfeito, como sempre fica, com a imprecisão, o senador Eduardo Suplicy (PT/SP) chegou a pedir que ela fosse mais clara com relação ao que teria dito. Então diz aqui o senador Eduardo Suplicy: ‘Sr. Presidente, acredito que todos nós estamos com a sensação que a dra. Regina falou muito brevemente e muito baixo do conteúdo do telefonema do Senador Antonio Carlos’. ‘Então’, diz Suplicy, ‘eu agradecerá especificar melhor’. A

Ronaldo de Oliveira



SENADORA HELOÍSA HELENA, EX-LÍDER DA OPOSIÇÃO NA CASA, DUVIDA QUE A RELAÇÃO DE VOTOS TENHA SIDO DESTRUIDA: “NO MUNDO DA POLÍTICA, NÓS SABEMOS QUE ESSA LISTA É UMA PRECIOSIDADE”

dra. Regina então respondeu: ‘Ligou à noite agradecendo, fazendo menção ‘Valeu’ (Não é bem essa a expressão dele; ‘Valeu’ na expressão minha), mas por aí, como se tivesse — está frisado aqui — como se estivesse agradecendo.’

Por favor releiam, o sr. relator também veja depois se necessitado de qualquer dado, “se tivesse agradecendo”. Os dois encontros que ela cita absolutamente não me incriminam. Em um encontro, acredito que ocorrido logo após ter sido publicado uma nota no O Globo (em que se dizia que Heloísa Helena havia votado contra a cassação de Luiz Estevão), na coluna do jornalista Ricardo Boechat, com quem não tenho nenhuma relação pessoal de amizade, ao contrário — e até lamento não ter relação com ele — a diretora do Prodasen me atribuiu minhas frases: “Quando procurei o senador Antônio Carlos Magalhães, perguntei: — Senador o que houve? O que é isso? E ele disse: — Ah, é coisa do Arruda, não sei o quê... me deu uma resposta meio assim”. Evidentemente essa afirmativa eu não posso sequer tratar. Sei que quando esse assunto foi ventilado, discutiu-se no plenário e eu procurei saber da dra. Regina e ela já respondera a uma carta em que a senadora Heloísa Helena pedira que ela esclarecesse e ela dizia que o painel era inviolável e que tal fato não teria acontecido. Ora se eu tivesse algum envolvimento com a violação do painel, qualquer que fosse, talvez me preocupasse em informar-me do andamento — que é outra afirmativa dela — da Unicamp. Não teria dado a resposta que dei e ela bem reproduziu em seu depoimento.

“ELA USOU (REGINA) MEU NOME”

Sras. e Srs. senadores, jornalistas, congressistas, não estamos tratando de uma pessoa inexperiente. Trata-se de uma profissional respeitada e eu faço questão de dizer isso. Com vasta experiência técnica, que dirigiu o Prodasen por quase 10 anos sem contar outras funções de confiança que desempenhou no Senado Federal. Peço-lhes que analisem esse caso de forma isenta, todos os senhores, que reflitam sobre o que foi dito. Seguindo o

seu depoimento, ela convenceu técnicos do Prodasen a violarem o painel de votação por entender que se tratava de um desejo meu. De uma ordem. E aqui ela diz: “Fomos procurar o Heitor Edu. O Heitor tem origem militar e tem um temperamento muito assim. Cumpra-se a ordem, vamos lá, chegamos a ele e explicamos. Ele ficou embasbacado”. Aí, diz o senhor Roberto Saturnino (PSB/RJ) — presidente do Conselho de Ética do Senado: “Ele se referiu ao senador Antônio Carlos Magalhães? O sr. Heitor Edu responde: “Sim senhor, ela disse que era ordem que tinha vindo diretamente do Presidente do Senado”. E até aqui os srs. viram que não houve ordem nenhuma. Apenas para uma coação com os demais funcionários fazerem o que ela (Regina Borges) desejava, ela declarou ter uma ordem do Presidente que nunca fora dada. Mesmo que se tivesse sido, ela própria em seu depoimento deixa claro que não seria uma ordem direta — o que levava à conclusão que ela usou o meu nome para garantir a adesão dos funcionários. Porque se ela dissesse, “não, o senador Arruda me falou, fulano me falou”, os funcionários não cumpririam a sua ordem. Isso está mais do que claro em todos os depoimentos.

O próprio marido da dra. Regina (Ivar Alves Ferreira), em depoimento a esse Conselho, questionado pelo eminente senador Osmar Dias, afirmou tratar-se de um pedido. Aqui está: “O senador Osmar Dias, na noite em que foi feito o primeiro contato com o Sr. Roberto Arruda e com a dona Regina em que ela participou ao senhor, ela afirmou que tinha feito uma consulta, um pedido ou uma ordem?”. Ivar Ferreira: “Ela informou que fez um pedido em que saía dali falando assim: ‘Vou sair daqui para cumprir uma ordem’”. Sr. Osmar Dias: “Mas foi um pedido então?” Sr. Alves Ferreira: “Não foi uma ordem, mas ela falando ‘Vou sair daqui para cumprir uma ordem’ talvez por ela estar num impacto de um pedido que ela achava muito complicado e tenha dito isso exatamente”.

O marido dela (de Regina Borges) é quem faz a afirmativa. Depois, disse que entregou o resultado da violação a um assessor do senador Arruda (Domingos Lamoglia), com quem não mantenho — e ele afirmou isso aqui agora, eu

vou provar — nenhuma relação, confiando que chegaria às minhas mãos. Aí o sr. Roberto Saturnino, diligente como tem sido, pergunta (a Ivar): ‘Encontros com o seu senador Arruda, o senhor não acompanhou nenhum?’ Encontros do senador Arruda, entendo eu. O senhor Domingos Lamoglia de Sales Dias (disse): ‘Não conheço o senador Antonio Carlos pessoalmente. Aí o senador Pedro Simon (PMDB/RS) diz: ‘Não é possível.’ O senhor Lamoglia: ‘Nunca apertei a mão dele, nunca estive na sala dele, na casa dele. Conheço aqui circulando, desculpe-me acho que falei um...’ — ele não completa. ‘O sr. me desculpa. Conheço assim, circulando aqui’. Está aqui. O sr. Lamoglia respondendo ao ilustre senador Pedro Simon.

“FIZEMOS AVALIAÇÕES”

Sr. presidente, não fosse as responsabilidades que cabem a mim, ao Conselho de Ética, ao Senado Federal eu poderia me dar por satisfeito com o depoimento da dra. Regina. Que faz exaltação ao meu trabalho, à maneira como eu me conduzo e confessou que recebeu o pedido de outra pessoa que não eu. Ela nunca disse, em depoimento algum, que eu lhe falei diretamente ou por telefone ou por qualquer meio. Ela disse que recebeu do senador Arruda a informação que eu desejaria (obter a lista) e que depois o senador Arruda, em seu último discurso, colocou não como um pedido, mas uma consulta. Vejam bem (...) que é importante ficar bem esclarecido. Senhoras e senhores senadores, o senador Arruda fez um depoimento no plenário desta Casa. Vou restringir-me a comentar, avaliar e corrigir no que couber as afirmações de Sua Excelência que me citam e me envolvem no episódio. Creio que, nos dias que antecederam ao processo de cassação, é claro, discutimos com vários senadores e fizemos avaliações, até mesmo com deputados, os que seriam a favor ou contra, os que iriam defender ou não a instituição — uma prática natural essas discussões que aqui ocorrem quando existem votações importantes, que dirá aquela que teria sido, na ocasião, a mais im-

portante votação.

Foram muitos os senadores que me procuraram, muitos que estão inclusive aqui presentes. Tanto senadores como deputados. Mas no caso do senador José Roberto Arruda, posso comprovar as motivações que o levaram a procurar a então diretora do Prodasen apenas pela razão que Sua Excelência (Arruda) apresentou em seu depoimento em Plenário. Saber isso é importante. A frase dele, que ficou, foi se era possível alguém conhecer o resultado de uma votação secreta. Foi o que disse o senador Arruda textualmente, e eu, acredito, não posso compreender que sua excelência a tivesse procurado em meu nome nem para isso, nem para outra coisa. Não havia razão. Se esta dúvida me assaltasse, eu mesmo teria procurado diretamente a dra. Regina. (Ela) era minha funcionária, se dava bem comigo, eu tenho por ela estima e respeito. Acho que é uma funcionária capaz merece inclusive o respeito da Casa pelo trabalho que faz e fez no Prodasen. Eu falaria diretamente com ela. De todo modo, qualquer que seja a versão (de Arruda ou de Regina Borges), não pedi. Nem direta, nem indiretamente. Em nenhuma oportunidade autorizei a qualquer pessoa, qualquer pessoa sequer, a discutir o problema (a quebra do sigilo do painel) com a diretora, ou qualquer membro do Prodasen. Até porque, posso dizer, que conheço pouquíssimas pessoas no Prodasen além da dra. Regina, porque a sua ligação era diretamente com o conselho e principalmente com o primeiro secretário. Também não houve nenhum contato direto com qualquer servidor.

Esta é uma retificação que faço questão de fazer. Em sua fala, o senador Arruda usa uma expressão que acredito imprópria (...) e me cabe retificar e eu a retifico: ‘incumbência’, teria recebido a incumbência. Não é exato. Ele não recebeu qualquer incumbência minha para tratar sobre painel de votação, nem para qualquer outro meio de se conhecer como votariam os senadores. O senador Arruda teve o cuidado de dizer em determinado trecho — que eu peço a atenção dos senhores senadores da Comissão de Ética, é muito importante, é muito importante ficar claro, portanto: ‘Não pedi, muito menos determinei em meu nome, ou em nome do presidente Antonio Carlos Magalhães, que sua senhoria obtivesse a lista. Apenas a consultei sobre como acontecia e se isso era possível’. Palavra do senador Arruda.

É claro, já falei sobre isso. Sou eu que falo. A dona Regina deveria ter tomado o cuidado de me procurar não só para confirmar se eu de fato fizera o pedido mesmo — esse de consulta — como também para dizer, como ela disse, da impossibilidade de atender o senador Arruda sem a quebra de qualquer regra. Cabia-lhe não atender a solicitação do senador Arruda, porque ela estava quebrando as regras inclusive da Casa e do funcionalismo. Não me foi dada a oportunidade sequer de desautorizar a utilização do meu nome, até porque não sabia que estava sendo utilizado. E quanto a lista que foi impressa, a dra. Regina disse que o senador lhe assegurara que a lista seria entregue pessoalmente a mim, coisa que não teria nenhum cabimento. Se não pedi, por que seria entregue a mim? Daí porque certamente ela entregou ao dr. Domingos Lamoglia.

